

Endividamento manteve nível de renda artificial

O nível de renda de uma parcela substancial da população foi mantido artificialmente elevado por meio do endividamento externo, do controle dos preços internos dos derivados de petróleo e da compressão da renda das camadas mais pobres da população.

A denúncia foi feita, em Brasília, pelo economista Marco Antônio Campos Martins, do Ipea, PhD pela Universidade de Chicago, para quem o ideal, a partir da crise do petróleo iniciada em 1973, teria sido comprimir-se o consumo um pouco mais do que a renda para liberar-se uma proporção maior de recursos de origem nacional para investimentos.

Para Marco Antônio, enquanto as nações ricas, especialmente as européias, sofriam na carne os efeitos decorrentes de sua própria perda de renda, o Brasil continuava a manter o mesmo padrão de vida e até mesmo a experimentar certa euforia. Ao longo desse processo, a taxa de poupança externa no financiamento dos investimentos internos aumentou consideravelmente e a economia brasileira foi desnacionalizada ainda mais. Agora, chegou a hora de pagarmos por boa parte desse consumo antecipado.

RENDA ÀS AVESAS

No entender do economista do Ipea, esta distribuição de renda às avessas se processou por meio do desvio de recursos da produção de gêneros agrícolas essenciais, o que aumentou sua escassez e seus preços para exportação. E pela compressão direta dos salários, visando, também, o barateamento artificial dos custos de produção de produtos exportáveis. A tentativa de exportar-se a qualquer custo — segundo Marco Antonio — corresponde, no fundo, a tentativa de manter-se a qualquer preço os padrões de consumo ligados ao uso intensivo do petróleo.

Segundo o economista, a perda de renda associada à crise do petróleo já ocorreu e tem, agora, de ser absorvida. O problema, então, a seu ver, será o de como repartir os ônus de ajustamento entre as várias camadas da população.

RECESSÃO

Marco Antonio adverte, ainda, que as elevadas taxas de expansão do PIB somente têm sido obtidas às custas do endividamento externo. Lembrou que o fluxo de renda líquida enviada para o Exterior, sob a forma de juros, dividen-

dos e outros pagamentos, aumentou de 70% em 1975; de 26% em 1976; de 13% em 1977; de 47% em 1978 e de 25% em 1979. Na verdade — advertiu — estes números tendem a ser subestimados porque são contabilizados pelas taxas de câmbio conservadoras e porque não refletem a transferência de renda para o Exterior, que é processada pela concessão de estímulos artificiais às exportações.

— É em razão dessa sangria — argumentou o economista do Ipea — que os assalariados estão sofrendo acentuada queda de poder aquisitivo, especialmente durante o último ano, em meio a uma expansão de 8,5% do PIB.

INFLAÇÃO

O economista Marco Antonio Campos Martins disse que a escassez de fundos para investimentos e a alocação de parte destes fundos em atividades direta ou indiretamente ligadas ao uso intensivo do petróleo acentuam os desníveis regionais, agravam a escassez de recursos para a execução de projetos governamentais prioritários e para a produção de gêneros agrícolas essenciais, resultando em tensões econômicas e sociais. O governo — afirmou — tem, até agora, tentado aplacar estas tensões por meio da emissão sem precedentes de papéis de todos os tipos. E é este procedimento um dos principais fatores da inflação e da elevação nominal das taxas de juros.

Discordando da tese segundo a qual a política salarial é um fator inflacionário, Marco Antonio sustentou que “o que causa a inflação são as emissões que o governo tem utilizado, fartamente, para financiar parte considerável de suas despesas” e lembrou que a participação dos salários em regime CLT, no PIB, é muito pequena, enquanto sua participação nos custos de produção de toda a economia é ínfima.

Para combater eficazmente a inflação, sugeriu que o governo parasse de tentar transferir recursos para os setores prejudicados, que estão experimentando baixa rentabilidade do ponto de vista privado, pela emissão de papel-moeda e outros. A seu ver, a compressão salarial para financiar um aumento das exportações vai diminuir, mas de forma apenas aparente, os custos da importação do petróleo, retardando, ainda mais, o ajustamento da economia brasileira à crise posterior a 1973.